

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 124.109

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Naluh Maria Lima Gouveia

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 11.995/2020

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. REGULARIDADE.

Constatada a regularidade das contas apresentadas, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da i. **SRA. CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**, julgando-a **REGULAR**, e **2)** após as formalidades de estilo, **ENVIAR** os autos ao **ARQUIVO**. A Excelentíssima Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA** julgou-se impedida.

Rio Branco - Acre, 30 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 124.109

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Naluh Maria Lima Gouveia

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da i. **SRA. CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA¹**.
2. Em 28 de abril de 2017, as contas foram enviadas eletronicamente a esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, e², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013.
3. Houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 02) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que após diligências se manifestou, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares, com ressalvas** as contas apresentadas pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE** (fls. 32/57).
4. Após a citação da i. Conselheira, foram oferecidas defesas (64/139 e 156/165), tendo a 1ª IGCE emitido Relatórios Conclusivos (fls. 147/154 e 167/172), considerando regular, com ressalvas, a prestação de contas, em razão do descumprimento do inciso XII do artigo 4º e do artigo 14, do Decreto Estadual n. 5.967, de 30 de dezembro de 2010 e artigo 62, da Lei nº 8.666/93³ e, ainda, da Resolução TCE/AC n. 87/2013, Anexo III, Item XV, letra “c” do Manual de Referência. Ressalte-se que o Sr. Diretor

¹ Presidente durante o exercício;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

e) Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

³ Conforme apurado pela área técnica, as obras referentes ao Contrato n. 45/2016 foram realizadas sem a cobertura contratual, haja vista que a gestora utilizou a Ata de Registro de Preços nº 13/2016, conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2016 como se contrato fosse;

Processo TCE n. 124.109 (Acórdão n. 11.995/2020 – Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

da DAFO também se manifestou, às fls. 178/181, entendendo regulares as contas apresentadas.

5. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, por meio de seu i. Procurador, o Dr. João Izidro de Melo Neto, pronunciou-se às fls. 185/187, pela irregularidade das contas, com fundamento no artigo 51, III, *b*, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

6. É o Relatório.

7. Rio Branco, 30 de julho de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 124.109

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercício de 2016.

RESPONSÁVEL: Naluh Maria Lima Gouveia

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da i. **SRA. CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Neste caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e munida de toda a documentação necessária ao seu processamento (artigo 2º e Anexo III, da mencionada Resolução);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴;

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 124.109 (Acórdão n. 11.995/2020 – Plenário)

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2016, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 3.098, de 29-12-2015, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 50.636.804,46 (cinquenta milhões seiscentos e trinta e seis mil oitocentos e quatro reais e quarenta e seis centavos), **quedou prevendo, após suplementações e anulações⁵, uma dotação final de R\$ 61.066.461,34 (sessenta e um milhões sessenta e seis mil quatrocentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos)**, tudo em conformidade com a Lei Orçamentária Anual;

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

e.1) no tocante ao **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** demonstra que, do confronto das receitas realizadas com as despesas executadas, houve equilíbrio;

e.2) quanto ao **BALANÇO FINANCEIRO**, elaborado em consonância com o artigo 103, da Lei n. 4.320/64, refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo para o exercício seguinte, devidamente confirmado, foi de R\$ 9.087.781,90 (nove milhões oitenta e sete mil setecentos e oitenta e um reais e noventa centavos);

e.3) prosseguindo, quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL**, elaborado em consonância com o artigo 105, da Lei n. 4.320/64, evidenciou o patrimônio do órgão, **apresentando um saldo patrimonial de R\$ 15.800.323,12 (quinze milhões oitocentos mil trezentos e vinte e três reais e doze centavos)**;

e.4) a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que a diferença entre a variação patrimonial aumentativa (R\$

⁵ Suplementações: R\$ 28.132.888,55;
Anulações: R\$ 17.703.231,67;
Processo TCE n. 124.109 (Acórdão n. 11.995/2020 – Plenário)

55.715.550,31) e a diminutiva (R\$ 53.824.968,10) foi de R\$ 1.890.852,21 (um milhão oitocentos e noventa mil oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos);

f) no tocante ao **DEMONSTRATIVO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**, previsto no item VI, do Anexo III da Resolução-TCE n. 87/2013, Manual de Referência 3ª ed., foram analisados alguns contratos pactuados, devendo ser destacados os Contratos n. 34, de 1º-9-2016 e 45, de 26-12-2016, firmados com a pessoa jurídica **TENDA COMÉRCIO CONSTRUÇÃO LTDA.**, nos valores de R\$ 100.000,00 (cem mil) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), respectivamente. As referidas avenças se originaram da Ata de Registro de Preços n. 13, de 18-08-2016⁶, oriunda do Pregão Presencial n. 10/2016, lançado objetivando a “contratação de empresa de engenharia, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, nas edificações do Tribunal de Contas do Estado do Acre”.

Compulsando os autos, verifica-se que os reparos solicitados foram sendo realizados e acabaram ultrapassando o valor do Contrato n. 34/2016, uma vez que por ocasião da solicitação de 2ª medição, no valor de R\$ 80.753,20 (oitenta mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), o saldo contratual era de apenas R\$ 62.658,38 (sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos). A então Gestora, assim que tomou conhecimento, e atenta e sensível à relevância das adequações realizadas e das que ainda seriam necessárias, sempre visando o bom exercício das competências desta Corte de Contas, bem como à disponibilidade financeira e vigência da Ata registrada, firmou novo Contrato (n. 45/2016), que foi devidamente cumprido pela contratada e honrado o pagamento pelo TCE/AC.

Constata-se que foi observada a necessidade da Corte de Contas, havia contrato em vigor, que respaldava em parte os reparos realizados e foi firmada nova avença tão logo a Gestora tomou conhecimento, de modo que afastou a ressalva/irregularidade

⁶ No valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
Processo TCE n. 124.109 (Acórdão n. 11.995/2020 – Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

apontada, devendo ser registrada a evolução desta Corte de Contas durante a gestão da n. Conselheira.

g) no que diz respeito aos **DEMONSTRATIVOS RECURSOS CONCEDIDOS, DAS OBRAS CONTRATADAS, DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS, DAS DIÁRIAS e RECURSOS RECEBIDOS** ao **DEMONSTRATIVO DOS**, foram apresentados de acordo com o previsto nos itens VIII, IX, X, do Anexo III, da Resolução-TCE n. 87/2013, Manual de Referência 3ª edição,

h) por fim, no tocante ao **PARECER** emitido pelo controle interno da unidade, em exercício posterior ao encerramento do mandato da Responsável, observo que foi atendido o previsto no item XV do Anexo III da Resolução-TCE n. 87/2013⁷.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁸, pela:

3.1. **APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2016, de responsabilidade da i. **SRA. CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**, julgando-a **REGULAR**, e

3.2. após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 30 de julho de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

⁷ XIV. Parecer sobre as contas da entidade, emitido pelo setor de controle interno, com a demonstração da ciência do gestor, abordando no mínimo os seguintes pontos:

a. relatório da gestão financeira, patrimonial e orçamentária;
b. descrição analítica das atividades e da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual do ente, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas;
c. certidão de auditoria, bem como a informação quanto a existência de qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;

⁸ "Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;
Processo TCE n. 124.109 (Acórdão n. 11.995/2020 – Plenário)